

# Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

Demonstrações do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Relatório da Diretoria			Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	31/12/2024	31/12/2023	Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. um quadro resumo das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023, a versão completa das mesmas, incluindo o parecer dos auditores independentes, encontra-se disponível para consulta no site <a href="https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/">https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/</a> , na sede administrativa da Companhia, na Av. Almirante Maximiano da Fonseca, 201 4ª Seção da Barra, Rio Grande - RS CEP: 96204-040, ou na sede administrativa do Grupo, na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar - Rio de Janeiro, RJ. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Porto Alegre, 28/04/2025. A Diretoria Diretoria: Paulo Roberto Telesca Bertinetti Contador: Eduardo Mello de Freitas - CRC-RJ 117392/O-9			Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Ativo			Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Ativo circulante			31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023		
Caixa e equivalentes de caixa	34.289	27.057	Receita	593.288	474.735	Ajustes por:	270.210	172.127	
Contas a receber de clientes	58.417	38.399	Custo dos serviços	(206.772)	(183.160)	Depreciação e amortização	73.949	88.425	
Estoques	7.180	6.778	<b>Lucro bruto</b>	<b>386.516</b>	<b>291.575</b>	Depreciação do direito de uso	12.947	12.296	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	19.670	Receitas (despesas) operacionais	(86.952)	(86.952)	Ganho na venda de ativo imobilizado	1.006	70	
Outros impostos a recuperar	4.744	968	Despesas de vendas	(4.285)	(2.778)	Provisão para perdas de crédito esperadas	(4.951)	5.581	
Adiantamento a fornecedores	585	3.097	Despesas gerais e administrativas	(48.053)	(45.327)	Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais	(740)	2.521	
Derivativos	3.148	-	Outras receitas (despesas) operacionais	(29.299)	(38.847)	Provisão (reversão) de estoque obsoleto	(35)	259	
Outros ativos circulantes	10.899	8.580	<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>304.879</b>	<b>204.623</b>	Resultado financeiro	34.669	32.497	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>119.262</b>	<b>104.549</b>	Resultado financeiro	(34.669)	(32.497)	Benefício pós emprego	164	(347)	
Ativo não circulante			Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			(Aumento) redução no ativo			
Depósitos judiciais	1.681	1.778	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023		
Contas a receber de partes relacionadas	-	273	Receita	593.288	474.735	Contas a receber clientes	(15.067)	(15.317)	
Outros impostos a recuperar	5.240	5.929	Custo dos serviços	(206.772)	(183.160)	Estoques	(367)	(728)	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>6.921</b>	<b>7.980</b>	<b>Lucro bruto</b>	<b>386.516</b>	<b>291.575</b>	Impostos a recuperar	16.583	5.220	
Total do ativo			Receitas (despesas) operacionais	(86.952)	(86.952)	Depósitos judiciais	97	573	
Imobilizado	346.180	315.053	Despesas de vendas	(4.285)	(2.778)	Contas a receber com partes relacionadas	273	(206)	
Direito de uso	276.337	275.194	Despesas gerais e administrativas	(48.053)	(45.327)	Outros ativos operacionais	193	(5.760)	
Intangível	14.485	15.833	Outras receitas (despesas) operacionais	(29.299)	(38.847)	Aumento (redução) no passivo	(118.981)	(95.623)	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>643.923</b>	<b>614.060</b>	<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>304.879</b>	<b>204.623</b>	Fornecedores	642	3.253	
Total do ativo			Resultado financeiro	(34.669)	(32.497)	Salários, provisões e encargos sociais	1.845	3.475	
Passivo e patrimônio líquido	<b>763.185</b>	<b>718.609</b>	Receitas financeiras	7.405	8.557	Impostos a recolher	6.024	672	
Passivo			Receitas financeiras	(42.074)	(41.014)	Juros pagos sobre arrendamentos	(26.693)	(25.852)	
Fornecedores	13.304	12.662	<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>270.210</b>	<b>172.126</b>	Juros pagos sobre financiamentos	(15.554)	(15.478)	
Empréstimos e financiamentos	73.217	59.602	Imposto de renda e contribuição social	(89.157)	(53.555)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(89.289)	(59.618)	
Passivos de arrendamento	30.364	29.314	Impostos correntes	(91.163)	(59.225)	Contas a pagar com partes relacionadas	596	(3.243)	
Salários, provisões e contribuições sociais	16.623	14.778	Impostos diferidos	2.006	5.670	Outros passivos operacionais	3.448	1.168	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.555	813	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>181.053</b>	<b>118.571</b>	<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>226.890</b>	<b>148.711</b>	
Impostos a recolher	7.827	6.545	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades de investimentos	(56.931)	(28.035)	
Outros passivos circulantes	9.702	6.254	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Receitas financeiras e juros recebidos	4.741	6.844	
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>156.592</b>	<b>129.968</b>	Reservas	Outros resultados abrangentes		Adições ao imobilizado e intangível	(62.082)	(34.586)	
Contas a pagar de partes relacionadas	3.265	2.669	Capital social	de legal	de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio atribuível aos controladores
Empréstimos e financiamentos	28.092	70.000	44.265	8.853	7.371	68.027	-	-	202.295
Passivos de arrendamento	284.781	277.068	Total do resultado abrangente	-	-	-	68.027	-	120.679
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.713	38.719	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	120.679
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais	6.129	6.869	Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	118.571
Benefício pós-emprego	1.085	1.342	Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	118.571
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>360.065</b>	<b>396.667</b>	Constituição de reserva estatutária	-	(13.615)	-	-	-	2.108
<b>Total do passivo</b>	<b>516.657</b>	<b>526.635</b>	Juros sobre capital próprio	-	1.186	-	-	-	2.108
Patrimônio líquido			Dividendos pagos	-	(62.640)	-	-	-	-
Capital social	44.265	44.265	Retenção de lucros	-	49.025	-	-	-	-
Reservas de capital	7.371	7.371	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>44.265</b>	<b>8.853</b>	<b>7.371</b>	<b>49.025</b>	<b>12.316</b>	<b>2.105</b>
Reservas de lucros	124.952	70.194	Total do resultado abrangente	-	-	-	1.480	-	118.053
Opção de ações	-	2.105	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	181.053
Outros resultados abrangentes	69.940	68.039	Swap da dívida	-	-	-	1.480	-	181.053
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>246.528</b>	<b>191.974</b>	Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	1.480
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>763.185</b>	<b>718.609</b>	Saldos de opções sobre ações vencidas e exercidas	-	2.150	-	-	-	421
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			Destinação do lucro:	-	50.844	-	-	-	-
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Constituição de reserva estatutária	-	1.809	-	-	-	(181.053)
1. Contexto operacional. O Tecon Rio Grande S.A. ("Companhia") com sede na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul foi constituído em 13 de janeiro de 1997 como Companhia de propósito específico para o arrendamento, ampliação e exploração do Terminal de Contêineres do Porto do Rio Grande durante 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos, conforme Contrato de Arrendamento firmado junto à Portos RS (sucessora da Superintendência do Porto de Rio Grande), que possui delegação para exploração do porto. Em 7 de março de 2006, o terminal celebrou o primeiro termo aditivo ao contrato de arrendamento, prorrogando o prazo do contrato por mais 25 anos, até fevereiro de 2047. Dentre os compromissos previstos no Contrato de Arrendamento e seu Termo Aditivo, destacam-se os seguintes: • Pagamento mensal pelas instalações e áreas arrendadas; • Pagamento por contêiner movimentado, havendo um compromisso por movimentação mínima contratual (MMC); • Pagamento por tonelada na movimentação de carga e descarga de carga geral.			Dividendos pagos	-	(49.025)	-	-	-	(79.375)
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as declarações relevantes às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) a mensuração ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos); e (ii) perdas por redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 17 de abril de 2025. 2.1. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas. A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos materiais aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas a seguir.			Retenção de lucros	-	99.869	-	-	-	(99.869)
Nota Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas			<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>44.265</b>	<b>8.853</b>	<b>7.371</b>	<b>49.025</b>	<b>14.125</b>	<b>433</b>
4 Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – <i>Estimativa</i>			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						
Perda por redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ) das unidades geradoras de caixa –			Capital social	44.265	8.853	7.371	62.640	11.130	2.105
5 Julgamento e estimativa			de legal	-	-	-	-	-	-
10 Realização de impostos diferidos – <i>Estimativa</i>			de capital	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais – <i>Julgamento e estimativa</i>			de estatutária	-	-	-	-	-	-
11 Benefícios a funcionários – <i>Estimativa</i>			Opções de ações	-	-	-	-	-	-
18 Instrumentos financeiros – <i>Estimativa</i>			Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-
2.2. Novas normas adotadas em 1 de janeiro de 2024. Os pronunciamentos contábeis que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024 e, portanto, foram adotados, não têm impacto significativo nos resultados ou na posição financeira da Companhia. • Alterações no IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. • Alterações no IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Passivo de Arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". • Alterações no IAS 7 (CPC 26) e IFRS 7 (CPC 40) - Acordos de Financiamento de Fornecedores. 2.3. Normas emitidas, mas que ainda não estão vigentes. As principais regulamentações alteradas, emitidas ou em discussão pelo International Accounting Standards Board e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis ao contexto das demonstrações financeiras e operacionais da Companhia são:			Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-
Norma	Descrição	Data da Vigência (1)	<b>Total</b>	<b>44.265</b>	<b>8.853</b>	<b>7.371</b>	<b>101.974</b>	<b>14.125</b>	<b>433</b>
Alterações no IAS 21 (CPC 02) - Falta de Conversibilidade	Especifica como avaliar se uma moeda é passível de conversão e como determinar a taxa de câmbio à vista quando não for.	Janeiro de 2025	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						
Melhorias anuais às IFRS – Volume 11	Esclarecem a redação de uma norma IFRS ou corrigem consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre requisitos nas normas.	Janeiro de 2026	4.4. Composição da provisão para perdas de crédito esperadas						
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9	Introduz sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes.	Janeiro de 2026	31 de dezembro de 2022						
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18 (CPC 26), por uma nova norma ou alteração - Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS 18)	Introduz novos métodos de divulgação relacionados às demonstrações financeiras, aprimorando a comunicação na demonstração do resultado.	Janeiro de 2027	Incremento líquido de provisão para perdas de contas a receber						
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 10 (CPC 36), por uma nova norma ou alteração - Demonstrações para subsidiárias, mantendo a utilidade das suas demonstrações financeiras.	Introduz novas formas de simplificar e reduzir os custos da contabilidade financeira para subsidiárias, mantendo a utilidade das suas demonstrações financeiras.	Janeiro de 2027	31 de dezembro de 2023						
2.4. Moeda funcional das demonstrações financeiras. A moeda funcional da Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. Transações em outras moedas, que não a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira), são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada período de divulgação, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do respectivo período. 3. Caixa e equivalentes de caixa. 3.1. Política contábil. Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez imediatamente conversíveis a valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. 3.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa			a) Matriz de provisão						
			31/12/2024			31/12/2023			
			Perda de crédito esperada (%)	Con-tas a rece-ber	Perda de crédito esperada (%)	Total	Perda de crédito esperada (%)	Con-tas a rece-ber	Perda de crédito esperada (%)
			0,29%	49.379	(145)	49.234	0,40%	32.998	(131)
			1 a 30 dias	0,29%	7.494	(22)	7.472	0,40%	2.776
			31 a 90 dias	17,71%	1.163	(206)	957	42,33%	1.689
			91 a 180 dias	35,11%	381	(134)	247	71,42%	1.242
			Acima de 180 dias	42,39%	875	(368)	507	73,88%	5.520
			<b>Total</b>	<b>59.292</b>	<b>(875)</b>	<b>58.417</b>	<b>44.225</b>	<b>(5.826)</b>	<b>38.399</b>
			5. Teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa. 5.1. Política contábil. Os ativos não financeiros (excluindo estoques e ativos fiscais diferidos) são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável comparado com o valor em uso do ativo. Ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável. Uma vez reconhecida, a redução ao valor recuperável do ágio não será revertida. Para fins de avaliação do <i>impairment</i> , os ativos são agrupados no nível mais baixo onde houver UGCs separadamente. Para fins desse teste, o ágio é alocado à UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios de onde o ágio se originou e são identificados de acordo com seu segmento. Ativos não financeiros (excluindo o ágio) para os quais a Companhia reconheceu <i>impairment</i> em exercícios anteriores são revisados se eventos ou circunstâncias indicarem que o <i>impairment</i> não se aplica mais. Nesses casos, uma reversão de <i>impairment</i> será reconhecida. 5.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas. Julgamentos, estimativas e premissas relevantes são necessários para determinar a existência de evidência objetiva de <i>impairment</i> e na preparação dos fluxos de caixa da Companhia. A administração usa os orçamentos operacionais aprovados e dados históricos e prospectivos como ponto de partida e as principais premissas são, mas não estão limitadas a (i) receitas mensuradas por especialistas internos; (ii) custos, despesas e investimentos com base no conhecimento da melhor estimativa do desempenho passado; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios internos ou publicados pela indústria, quando disponíveis; e (iv) taxa de desconto com base no custo médio ponderado de capital ("WACC"). Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos. 5.3. Terminal de contêiner de Rio Grande. As principais premissas usadas para determinar o valor em uso se referem à taxa de crescimento, taxa de desconto e índice da inflação. Outras premissas incluem as margens operacionais e de vendas que são baseadas em experiência passada, considerando o efeito de mudanças conhecidas ou prováveis no mercado ou nas condições operacionais. Os volumes projetados para os terminais de contêineres de Rio Grande foram baseados no desempenho esperado da economia brasileira até que a capacidade operacional seja alcançada. A taxa de desconto foi baseada no WACC e a taxa de crescimento para a projeção se baseia na taxa de inflação somente após a capacidade operacional ser alcançada. As principais premissas usadas para determinar o valor em uso são as seguintes:						
			31/12/2024			31/12/2023			
			Contas a receber por serviços prestados	59.292	44.225				
			Provisão para perdas de crédito esperadas	(875)	(5.826)				
			<b>Total</b>	<b>58.417</b>	<b>38.399</b>				
			O prazo de vencimento das contas a receber por serviços prestados está demonstrado abaixo:						
			31/12/2024			31/12/2023			
			A vencer	49.379	32.998				
			Contas a receber não faturados	24.871	11.489				
			Contas a receber faturados	24.508	21.509				
			Vencidas	9.913	11.227				
			01 a 30 dias	7.494	2.776				
			31 a 90 dias	1.163	1.689				
			91 a 180 dias	381	1.242				
			Acima de 180 dias	875	5.520				
			<b>Total</b>	<b>59.292</b>	<b>44.225</b>				